

CAPÍTULO 4

MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA-PA: ECONOMIA SOLIDÁRIA, TECNOLOGIA SOCIAL E IDENTIDADE TERRITORIAL

Data de aceite: 02/05/2023

Valtey Martins de Souza

Geógrafo e mestrando do Programa de Pós graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Marabá. Marabá-PA

Andréa Hentz de Mello

Doutora em Ciências do Solo e Prof. Adjunta II da Faculdade de Ciências Agrárias de Marabá e do Programa de Pós graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia – Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Marabá. Marabá-PA

RESUMO: O presente trabalho versa sobre economia solidária, empreendimentos da economia solidária, tecnologias apropriadas à economia social - como as tecnologias sociais – e identidades territoriais das mulheres quebradeiras de coco babaçu no município de São Domingos do Araguaia, Pará. Pretendeu-se fazer a conexão de teorias mais gerais, com as demandas locais ligadas ao extrativismo, especialmente aquele realizado por mulheres que, além do mais, respeitam as necessidades das gerações presentes sem comprometer as

necessidades das gerações futuras. Essa nova forma de extrativismo tem ligação à forma como tais mulheres percebem seus territórios.

PALAVRAS-CHAVE: Território, inovação tecnológica, desenvolvimento sustentável.

1 | REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Do neoextrativismo à economia solidária

De acordo com os apontamentos de Candido (2010), o extrativismo visto como proposta estratégica para o desenvolvimento sustentável da Amazônia surgiu no bojo dos conflitos entre migrantes que vieram à região para trabalhar nos seringais, e aqueles que chegaram mais tarde, atraídos pelas políticas de estímulo à ocupação do Estado brasileiro. Para esse autor, ao sintetizar as palavras de Almeida (1995) e Homma (1989), esse modelo de extrativismo era frequentemente associado à degradação da floresta pela extração descontrolada de seus recursos, em áreas que o acesso era livre, à estagnação econômica gerada pelo foco em mercados

externos e voláteis, à produção que tinha por base tecnologias rudimentares e à precarização das condições de vida da força de trabalho.

No entanto, os autores apontam para o fortalecimento de um “novo extrativismo” que se opunha não só ao modelo de desenvolvimento baseado em atividades econômicas altamente impactantes, como as agropecuárias, madeireiras e mineradoras, mas também ao “velho extrativismo”. Amparado nas considerações de Rêgo (1999), o autor relata que o “neoextrativismo” propõe um salto na qualidade e produtividade nas forças produtivas da economia extrativista sem, contudo, deixar de considerar a totalidade socioambiental das populações tradicionais em que essa economia está implantada. Assim, esse termo pode ser entendido como a interferência do homem na biota dos ecossistemas naturais (sendo que o homem é componente da biota), tendo por base a racionalidade da reprodução familiar/comunitária e, sobretudo, pela determinação do seu universo cultural, fundado na simbiose prática e simbólica com a natureza. Dessa forma, essa intervenção visa produzir biomassa útil e é regulada por sistemas de manejo imediato, associados à introdução e exploração de plantas e animais em níveis pouco intensos, que não resultem em alteração substancialmente a comunidade biótica do ecossistema.

Corroborando com outros autores, Candido (2010) afirma que o conceito descrito acima, nega a visão de que a economia extrativista é de modo inerente, ineficiente, devendo ser, inevitavelmente, substituída por formas agrícolas de produzir. Contrastando também, com a visão preservacionista, que percebe a simples existência de populações humanas, especialmente as pobres, como inevitavelmente danosa à preservação dos recursos, e prega que o único modo viável de conservação é a criação de unidades de conservação de proteção integral, em que a presença de humanos é totalmente restringida, não levando em consideração, que o homem é parte integrante da natureza.

Feitos esses apontamentos, o autor se apoia novamente em Rêgo (1999), para afirmar que diferentemente do velho extrativismo, que tinha por fundações uma forma de organização mercantil-capitalista, esse novo extrativismo deve ter por base, a pequena produção familiar e o manejo comunitário. Dessa maneira, faz-se necessário adotar modos de organização democráticos do trabalho que evitem a criação dos vínculos de exploração existentes nas empresas seringalistas. Nessa direção, agora tendo base em Santos (2002) e França-Filho (2002), Candido (2010) afirma que as propostas do neoextrativismo possuem forte sinergia com iniciativas econômicas emergentes no Brasil e no mundo, que se baseiam em configurações de organização democrática do trabalho e que buscam conquistar a reprodução ampliada, que vá além de uma economia popular.

1.2 Economia solidária

Nesse cenário, Candido (2010) afirma que essas iniciativas consistem em economias de resistência ao modo de produção hegemônico, por meio da criação de espaços de socialização concretos que permitam o desenvolvimento de culturas que resistam a essa

hegemonia. Assim, o autor confirma que essas iniciativas se reproduzem à margem do modo de produção capitalista, ocupando as fissuras da economia de mercado e sendo impelidas por sua capacidade cada vez mais limitada de gerar trabalho e renda de forma equânime. Tendo por base Feenberg (2002), o autor relata que, essas economias se aproximam da proposta original de Marx de uma sociedade de produtores livres associados, diferentemente dos regimes socialistas centralizados que, na prática, tiveram um caráter meramente político e que resolveram as hesitações e ambiguidades da transição por intermédio da repressão da sociedade.

Assim sendo, agora tendo como base Singer (1999), Candido (2010) garante que se busca por meio dessas economias, conciliar as potencialidades de libertação de um mercado competitivo que seja sujeitado a controles institucionais empenhados em reduzir as desigualdades e a exclusão social no mundo, chamando assim, essas iniciativas de Economia Solidária.

Silva e Faria (2009), descrevem a Economia Solidária como sendo “iniciativas socioeconômicas coletivas que visam promover a cooperação ativa entre trabalhadores ou produtores autônomos e familiares, nas áreas urbanas e rurais, para viabilizar atividades de produção, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo. Essas iniciativas, referenciadas no chamado campo da economia solidária, são fomentadas, em sua maioria, como alternativas ao desemprego, oportunidades de inclusão social e estratégias de dinamização de cadeias produtivas no âmbito de processos de desenvolvimento local ou territorial sustentável”.

Desse modo, os autores acrescentam que a Economia Solidária (ES), anuncia um novo modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumos que privilegia a autogestão e a cooperação em empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias que se articulam no âmbito de segmentos econômicos. Para esses autores, tal modelo de economia, ao considerar o ser humano na sua totalidade, desenvolve as capacidades dos trabalhadores e trabalhadoras, valoriza o associativismo comunitário, o trabalho familiar, o trabalho das mulheres e de outros setores excluídos da sociedade, divulgando um novo modelo de desenvolvimento sustentável e solidário.

1.3 Empreendimentos econômicos solidários

Nesse sentido, Candido (2010) reforça que nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) não deve haver a separação entre o trabalho e a posse dos meios de produção. Sendo assim, todos os trabalhadores são, portanto, proprietários do empreendimento. Dessa forma, todos eles possuem o mesmo poder de decisão, independentemente do montante de recursos investidos no negócio. Assim, os rendimentos financeiros das atividades do empreendimento, devem ser divididos igualmente e de acordo com o tempo de trabalho entre os associados. Pois, não é adequado dizer que há lucro nesses empreendimentos, visto que em nenhuma hipótese, as receitas devem ser

repartidas proporcionalmente às cotas de capital, sendo que os rendimentos são chamados de sobras. Dessa maneira, parte das sobras formam fundos coletivos e deve ser reinvestida no negócio e na formação dos membros a fim de garantir sua viabilidade no longo prazo.

Sendo assim, Candido (2010) afirma que apesar dos EES mostrarem uma divisão de cargos e funções bem definidas, diferentemente das empresas capitalistas, neles quem ocupa o topo da hierarquia não possui autonomia operacional. O caso é que todos os membros são formalmente submetidos ao controle de uma Assembleia Geral, formada por todos os associados. Porém, isso não significa necessariamente, que todas as decisões precisão ser tomadas coletivamente, mas que todos os responsáveis pelo empreendimento devem participar de forma ativa na sua gestão, intervindo, caso não estejam satisfeitos com os rumos tomados, e tendo voz e voto nas decisões mais importantes. Nesse caso, a rotação de trabalhadores entre diversos cargos e funções, também deve ser incitada a fim de que todos possam conhecer todos os processos e impedindo a especialização excessiva.

Feitos esses apontamentos, ainda os autores, ancorados no MMA (2002), completam o raciocínio corroborando com esse modelo de desenvolvimento. Contrariando abertamente as práticas de épocas anteriores, um novo padrão de desenvolvimento econômico, que não é predatório, impetra o uso racional dos recursos naturais como modo de melhorar a qualidade de vida dos habitantes de áreas rurais, já que, paradoxalmente, a globalização permite também a criação de novos mercados para produtos fundamentalmente regionais, como os artesanais ou procedidos de recursos da Floresta Amazônica.

Sendo assim, os empreendimentos solidários encontram várias barreiras para o seu pleno desenvolvimento. Para estes autores, quando os empreendimentos autogestionários se constituem em torno de trabalhadores autônomos, que possuem habilidades técnicas específicas (como no caso dos artesãos, das costureiras, dos catadores de lixo, dos agricultores, dos técnicos de manutenção, dos professores), falta-lhes a experiência em organização e administração de um negócio baseado na coletividade, uma vez que a formação escolar dos trabalhadores é, em geral, muito situada e restrita às necessidades do capital.

De forma geral, os empreendimentos solidários estão capacitados a manter a produção de sua linha tradicional de produtos ou serviços, afiançada pela experiência dos trabalhadores, mas encontra-se limitados tecnicamente para programar inovações mais radicais, como o lançamento de novos produtos ou serviços, empreender novas oportunidades de mercado e alargar a escala de produção, diminuir custos e produzir melhorias na qualidade. Na estrutura capitalista de produção, tais empreendimentos, do mesmo modo que as demais empresas necessitam lidar com estratégias competitivas a fim de aumentar a capacidade de relacionamento e o poder de barganha com clientes, concorrentes e fornecedores para sobreviver (*op.cit.*).

1.3.1 Empreendimentos econômicos solidários de produtos extrativos

Sob o ponto de vista de Candido (2010), a viabilização dos EES voltados para a produção e comercialização de produtos extrativistas, passa necessariamente pela procura de soluções para esses desafios que são característicos da economia solidária. Um grande arsenal de proposições que visam superar essas dificuldades pode ser encontrado na literatura sobre o tema. Ao apontar as possíveis soluções, o autor faz uso do conhecimento de vários outros autores, sendo que tais soluções passam pela melhoria das condições de comercialização, pela articulação dos EES em redes solidárias e em cadeias produtivas solidárias, melhoramento da formação técnica e geral dos cooperados, alteração da tecnologia utilizada nesses empreendimentos, criação de sistemas de finanças solidárias, e pela utilização de metodologias que requeiram a autonomia dos EES e não sua dependência por organizações de apoio a esses empreendimentos.

No caso dos empreendimentos econômicos solidários para a comercialização dos produtos do extrativismo, Candido (2010) alega ter constatado a existência de outros desafios específicos, relacionados às peculiaridades do modo de vida e da forma como a economia dessas populações tradicionais está organizada. Assim, apesar de as populações extrativistas sempre terem interagido com o mercado, durante muito tempo as conexões com este sempre foram estabelecidas por intermédio de relações de exploração. Durante o velho extrativismo o regime de trabalho foi marcado pelo autoritarismo dos patrões e pelo imperativo que tinham de criarem mecanismos típicos para o controle sobre o trabalho dos seringueiros. Segundo Ianni (1979) apud Candido (2010), os patrões tiveram que estabelecer formas severas de controle sobre o trabalho, principalmente devido à escassez de mão-de-obra.

Ainda, Candido (2010), ressalta que com a partida dos patrões, foi gerado um refluxo na economia. Dessa forma, a ligação com o mercado passou a ser realizada de modo mais residual, por intermediários bem-posicionados nas redes de comercialização, que cultivaram relações de exploração, mas que apresentam, ao mesmo tempo, traços de reciprocidade. Por um lado, esses intermediários passam a ser a única maneira de os produtores terem acesso a alguns bens necessários à vida na floresta, além de em muitas ocasiões, oferecerem também serviços financeiros fundamentais para os produtores. Por outro lado, as transações comerciais se diferenciam por uma relação muito assimétrica de poder na negociação, sendo que os comerciantes vendiam em regime de monopólio e compravam em regime de monopsonio.

Conhecimentos técnicos sobre o território, ajuntados, sobretudo, por meio da transmissão oral entre gerações, é que dão sustentação a essa conexão de grande complexidade. Esses saberes são unificados ao trabalho e o torna indissociável de elementos simbólicos e míticos de sua cultura, de outras atividades da cotidianidade e das relações políticas e de parentesco.

Assim, nesta forma de atividade extrativista, a produção é organizada tendo por base a família e as relações paternalistas, como nos tempos dos seringais, e com esses conhecimentos, técnicas e símbolos, as populações de ex-seringueiros têm garantidos seus sustentos e alguma renda gerada pela comercialização com os intermediários, formando o que alguns autores têm chamado de um “campesinato florestal”. Ao citar Witkoski (2007), Candido (2010) aponta que a família assume o papel de uma “máquina humana produtiva”, na qual todos participam, sendo essa uma das características marcantes na forma de produzir dessas comunidades.

1.4 Tecnologias apropriadas à economia social

Considerando os apontamentos, Rutkowski e Lianza (2004) afirmam ser necessário desenvolver tecnologias, e um conjunto de ferramentas de gestão e de produção que admitam romper os limites técnicos dos empreendimentos solidários para, por exemplo, programar novidades mais radicais – como o lançamento de novos produtos, explorar novas oportunidades de mercado e ampliar a escala de produção, diminuir custos e aprimorar a qualidade, ultrapassando a capacidade de somente produzir inovações, que, às vezes, são produzidas e são relevantes para garantir uma posição no mercado, mas precárias para manter uma vantagem competitiva por um longo período de tempo. Segundo os autores, isso sugere ter acesso a conhecimentos e tecnologias, na maioria das vezes inacessíveis.

Sob a perspectiva de Silva e Faria (2009), as tecnologias apropriadas à ES são classificadas como sendo aquelas que respeitam a cultura e os saberes locais, agregando-lhes maior valor e garantindo a melhoria nas condições de trabalho, de saúde e de sustentabilidade ambiental dos empreendimentos. Assim, para estes autores a sustentação da economia solidária, e a tecnologia são fundamentais, sobretudo porque se percebe que delas dependem todo um padrão de avanço tecnológico que sustentam e garantem os bens e serviços por elas produzidos. Dessa forma, quando se pensa a economia solidária como uma nova perspectiva de desenvolvimento, há que se pensarem, também, novos modos de se fazer pesquisa e gerar tecnologias.

Analisando a partir desse cenário, Silva e Faria (2009), citando o I CONAES, n. 53, complementam dizendo que um dos objetivos da política pública é promover e democratizar o acesso da Economia Solidária aos fundos públicos e aos instrumentos de fomento (crédito, assistência técnica, formação, pesquisa, assessoria, comercialização, mecanismos de certificação), aos meios de produção e às tecnologias sociais que se fazem necessárias ao seu desenvolvimento.

1.4.1 Tecnologia social

De acordo com Novaes e Dias (2009), o conceito de Tecnologia Social (TS) se define por oposição ou por negação à Tecnologia Convencional (TC) – criada pela grande corporação e para a grande corporação capitalista – e os valores que ela apresenta

embutidos. Visto dessa forma, o conceito de TS surge como uma crítica à TC e a partir de uma percepção, ainda não precisamente formulada, da necessidade de um enfoque tecnológico para a questão do que vem sendo chamada “inclusão social”.

Conjecturando a respeito da temática aqui aventada, Dagnino, Brandão e Novaes (2004), lembram que TC é aquela tecnologia que a empresa privada desenvolve e utiliza e não é adequada à realidade dos países periféricos. Quando esses autores citam Dickson (1978), esse tece críticas a TC dizendo que a tecnologia cumpriria uma dupla função: no nível material, conserva e promove os interesses dos grupos sociais dominantes no seio da sociedade em que se desenvolve; no nível simbólico, ampara e difunde a ideologia legitimadora desta sociedade, sua visão de mundo e a posição que nele ocupam.

Continuando na análise de Feenberg (2002), Novaes e Dias (2009), relatam que ao invés de atribuir à técnica atual uma maior eficiência, a proposição é a de um radical reprojeto tecnológico que harmonize e incorpore na configuração tecnológica, outras variáveis, tais como participação democrática no processo de trabalho, variáveis ambientais, critérios de saúde no trabalho, o impacto da técnica na saúde dos consumidores e o desenvolvimento das potencialidades intelectuais dos trabalhadores.

Sob essa ótica, Dagnino, Brandão e Novaes (2004), afirmam que a TS é em si mesma, um processo de construção social e, portanto, político (e não apenas um produto) que terá de ser posto em prática nas condições dadas pelo ambiente específico onde irá acontecer, e cuja cena final depende dessas condições e da interação passível de ser conseguida entre os atores abrangidos.

Nessa mesma linha de raciocínio, Lassance Jr. e Pedreira (2004), garantem que muitos conhecem, mas poucos sabem o que são tecnologias sociais (TSs). Segundo eles, esse modelo de tecnologias está “espalhado” por todo lugar, no entanto, por serem extremamente simples, nem sempre o *status* de tecnologia lhes é facilmente conferido. Elas estão relativamente distribuídas em várias áreas (há tecnologias para a saúde, a educação, o meio ambiente, a agricultura), e chegam a pessoas de norte a sul do país. Porém, dispersadas como estão, vivem isoladas umas das outras e, dessa forma, significam soluções parciais e não representam uma resolução conjunta para políticas sustentáveis.

Na perspectiva dos autores citados, existem algumas tão geniais, tão inovadoras, tão simples e tão baratas que geram uma reação imediata em qualquer pessoa, que é a de se perguntar por que não pensou nisso antes. A pergunta traz no seu bojo a curiosidade (com a tecnologia), satisfação (de saber que foram pessoas inventivas e empreendedoras que as inventaram e que tudo toma contorno de pronto para ser aplicado) e indignação (porque conjecturamos que poderíamos estar muito mais à frente se essas inovações já tivessem ganhado escala para chegar às pessoas que mais necessitam delas).

Nesse sentido, tais tecnologias deixam de ser enxergadas no horizonte das políticas, especialmente se forem vistas apenas como boas práticas. Dessa maneira, há tecnologias que ao mesmo tempo são agrícolas, ecológicas, econômico-solidárias, provoca

à segurança alimentar e significam modelo de negócio com planejamento de ampliação; todavia, justamente por serem multissetoriais, necessitam de um dilatado leque de articulação entre as organizações da sociedade e várias áreas governamentais para ter afiançado a plena realização de todas as suas dimensões (*Id*).

Ancorados nessas observações, os autores, lembram que as TSs em geral são mais baratas, mais sustentáveis, apresentam impacto ambiental positivo, mas correm sérios riscos de perder a luta contra projetos que, mesmo sendo mais caros, muitas vezes têm mais chance de se viabilizarem, pois os agentes econômicos que se encarregam de projetos mais caros.

1.5 Identidades territoriais

Tendo por base Haesbaert (2007), pode-se afirmar que as nossas identidades – em seu caráter mais ou menos múltiplo – são sempre conformadas tanto em relação ao nosso passado, à nossa memória e imaginação, isto é, à sua dimensão histórica, quanto em relação ao nosso presente, ao entorno espacial que vivenciamos, isto é, à sua dimensão simbólica.

Considerando essa premissa, Lévi-Strauss (1997) afirma que a crise de identidade seria o novo mal do século, pois, segundo ele, quando hábitos seculares deixam de existir, quando gêneros de vida desaparecem, quando velhas solidariedades caem, é comum, seguramente, que se produza uma crise de identidade.

Ainda de acordo com o autor, a mais genérica “crise de identidade” sociocultural veio somar-se ainda, a crise da identidade territorial por excelência do mundo moderno, a do Estado-nação. Parafraseando Sousa Santos (1999), Haesbaert (2007) completa dizendo que como espaço-tempo dominante, o “espaço-tempo estatal e nacional” é um dos pressupostos fundamentais do contrato social moderno, e apresenta como uma de suas grandes “constelações institucionais” a “nacionalização da identidade cultural”, processo pelo qual as identidades móveis e parcelares dos distintos grupos sociais são territorializadas no espaço-tempo nacional, robustecendo desse modo, os critérios de inclusão/exclusão.

Qualificando Sousa Santos (1999), Haesbaert (2007) afirma que o espaço-tempo nacional estatal está perdendo a prioridade, convulsionado pela importância crescente dos espaços-tempo global e local que com ele competem. Dessa maneira, acrescenta-se que vão perdendo importância, temporalidades ou ritmos e espacialidades conflitantes com a temporalidade e a espacialidade estatal nacional em seu conjunto. Segundo os autores, duas delas merecem referência especial, o tempo instantâneo do ciberespaço, por um lado – acelerado demasiadamente para as fronteiras nacionais, como nos mercados financeiros – e o tempo glacial da degradação ecológica, da questão indígena e da biodiversidade – lento e geograficamente muito grande para ser ajustado a nível nacional.

No entanto, Haesbaert (2007) afirma que as coisas não são tão simples e, ao

mesmo tempo em que, por um lado, o nacionalismo e as fronteiras se fragilizam, por outro eles ganham nova importância. Nesse sentido, o autor relata que apesar de teórica e conceitualmente serem abordadas majoritariamente como identidades híbridas, móveis ou mesmo “flutuantes”, as identidades hoje se anunciam, na prática, através de uma espécie de *continuum* que vai desde as identidades mais abertas e explicitamente híbridas (no seu extremo, “fluidas”, embora hibridismo e fluidez não sejam obrigatoriamente sinônimos) até as mais “rígidas” e (re)essencializadas. De forma paralela a essa múltipla composição identitária teríamos, não precisamente como seu “reflexo”, mas como seu constituinte indissociável e de crescente importância, o território, tanto no sentido mais múltiplo e aberto da “multiterritorialização” em curso quanto na acepção mais fechada dos processos que indicamos chamar de “reclusão territorial”, muitas vezes concomitante e articulado.

De acordo com o enfoque dado por Haesbaert (2007), a grande questão é como cada grupo social delibera sobre essa tensão, ora recorrendo para o polo da liberdade e da autonomia, por intermédio de identidades múltiplas, híbridas, sempre abertas e negociáveis, ora privilegiando o polo da estabilidade, da fixação e do fechamento em identidades unas, “naturais” e essencializadas. Para esse autor, nosso espaço-tempo se move hoje, claramente num ir-e-vir entre estes dois polos.

Sendo assim, podemos afirmar que a construção da identidade social, ao contrário da interpretação do senso comum que destaca sua aparente estabilidade e longevidade, é sempre dinâmica, se encontra sempre em curso, sendo preferível, para muitos, falar em processos de “identificação” do que em “identidade” enquanto estado substantivo. Além do mais, o autor impetra que a identidade nunca é construída a partir da mera diferença ou de características “próprias”, “singulares”, pois tem sempre um caráter reflexivo, isto é, identificar-se implica sempre identificar-se com, num sentido relacional, dialógico, e a identidade, por mais essencializada que pareça, justamente devido a seu caráter simbólico, é sempre múltipla e/ou está aberta a múltiplas re-construções.

Tendo tomado esse posicionamento, o autor enfatiza que não é possível dissociar completamente a natureza eminentemente simbólica de seus referentes mais “objetivos”. Para Lévi-Strauss (1997), citado por Haesbaert (2007), melhor seria encarar as condições objetivas das quais a identidade é sintoma e as quais ela reflete. Para tanto, o autor ajuíza que se pode partir da própria discussão sobre natureza do “simbólico”. Se as identidades sociais são simbólicas, os símbolos que formam uma identidade não são construtos totalmente arbitrários ou aleatórios, eles precisam ter por base referentes materiais ou, em outras palavras, ter sempre uma fundamentação política “concreta”.

Estimulado pelas considerações de Poche (1982), Haesbaert (2007) aventa que poderíamos tanto falar de identidade cultural quanto de referência simbólica, no entanto, o primeiro termo acabou prevalecendo, sobretudo devido à função de evocar mais claramente um dinamismo potencial e de ter uma relação mais clara com fundamentos históricos e etnológicos – em particular a língua, mas também certos elementos da economia local

mantido por meio do gênero de vida. O conjunto de signos e de representações sociais formulados para dar fortalecimento a uma identidade cultural pode ter incluso o próprio espaço – ainda que este esteja carregado de um conteúdo (uma aura de subjetividade) tanto positivo quanto negativo.

1.6 Movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu

Traçada toda essa trajetória, entende-se que as mulheres quebradeiras de coco babaçu são possuidoras de uma identidade territorial, especialmente devido elas praticarem ações concretas na constituição ou na defesa e/ou manutenção material de espaços de identidade, como a constituição de um movimento – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - que se estabeleceu, segundo o MIQCB (2005), a partir de um trabalho conjunto e envolveu uma rede de organizações voluntárias tais como: associações, clubes, comissões, grupos de mulheres e cooperativas que apresentam como bandeira de luta, a preservação dos babaçuais, a garantia do acesso a terra, a formulação de políticas governamentais voltadas para o extrativismo, o livre acesso aos babaçuais e a igualdade de gênero e, segundo Barbosa (2007), étnico-racial.

Segundo Barbosa (2007), esse movimento se concentra basicamente em quatro estados da federação, tendo como área de abrangência, centenas de povoados distribuídos desde o Vale do Parnaíba, no Estado do Piauí, até o Vale do Tocantins, nos Estados do Pará e do Tocantins, cortando diagonalmente o Estado do Maranhão. Segundo essa autora, estima-se que mais de 300 mil pessoas realizem o extrativismo do babaçu atualmente no Brasil.

Na perspectiva de Almeida (1995), é instituída uma nova territorialidade pelas denominadas quebradeiras de coco babaçu, sendo que tal territorialidade se opõe a região balizada pela força de decretos governamentais ou pelo discricionário dos critérios oficiais de zoneamento-ecológico-econômico. O território das quebradeiras apresenta-se como geograficamente descontínuo, no entanto demonstra uma unicidade conferida pelo repertório de práticas próprias do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, que robustece o aparecimento da nova identidade política [e territorial]. Até mesmo porque, ao se autodefinirem como *quebradeiras* e assim serem reconhecidas pelos aparelhos de poder, elas emprestam significado político a uma categoria historicamente de uso cotidiano.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

Considerando as reflexões acerca dos assuntos abordados até aqui, foi necessário um maior aprofundamento na temática, que para tanto, foi realizada uma rápida pesquisa exploratória junto às quebradeiras de coco babaçu locais. O objetivo dessa pesquisa exploratória foi caracterizar o MIQCB local, bem como verificar quais tecnologias elas

utilizavam na coleta, quebra e beneficiamento do coco babaçu. Além destas, foi feita uma visita a Feira do Produtor Rural na cidade de São Domingos do Araguaia para verificar a comercialização do azeite e do carvão.

Foram realizadas três visitas a duas quebradeiras, uma na Vila São José e outra na sede municipal. A quebradeira da Vila São José foi visitada duas vezes, uma no momento da coleta e outra no momento do beneficiamento das amêndoas. A quebradeira da sede municipal foi visitada no momento da quebra dos cocos babaçus, especialmente para poder notar os tipos de tecnologias utilizadas por ela.

Foram realizadas gravações das falas e anotações para que os dados fossem compilados e apresentados posteriormente.

3 | RESULTADO E DISCUSSÕES

Foi verificado que o MIQCB possui sede própria e que se localiza na Vila São José (cerca de sete quilômetros da sede municipal) e possui 38 associados, que vivem em localidades como Vila Açaizal, Vila São José, Vila São Benedito, Vila Santana e sede municipal. Na casa que sedia esse movimento, pode-se notar energia elétrica, água encanada e uma máquina forrageira de pequeno porte para triturar as amêndoas após o processo de cozimento. Além disso, ao lado da sede existe uma pequena barraca que serve para que as quebradeiras possam utilizar na quebra do coco. Algumas delas produzem o carvão da casca do coco babaçu, ao lado da sede do MIQCB, onde elas cavam um pequeno buraco no chão e encaixam o latão no qual serão depositadas as cascas de coco.

Na visita a quebradeira de Vila São José, foi constatada que a quebradeira faz a coleta acompanhada de seu cônjuge e essa fase da produção ocorre em território de fazendeiros (nesse caso as quebradeiras têm o livre acesso aos babaçuais, desde que a quebra não seja feita nos pastos do fazendeiro) e as tecnologias utilizadas por eles são: cofo (cesto trançado com palhas dos babaçus) e saco de fibra para o transporte, pequeno facão para limpar ao redor do coqueiro e pequeno pedaço de corda para amarrar a boca do saco.

Entretanto, algumas quebradeiras preferem coletar e quebrar o coco babaçu de forma individualizada, apesar de fazer parte do movimento. É o caso de Dona Maria Helena de Vila São José, que o marido faz a coleta e os dois quebram o coco na própria residência. Lá eles também produzem o carvão das cascas do coco quebrado, além do azeite e a “massa” (mesocarpo) para produzir bolo e mingau.

Feito esse trajeto, foi realizada a visita à quebradeira que reside na sede municipal no intuito de se verificar quais os tipos de tecnologias utilizadas na quebra do coco babaçu. Nessa fase da produção, a quebradeira faz uso do trabalho de filhas menores. No que se refere às tecnologias utilizadas, se faz uso do cacete, pedaço de madeira utilizado para bater no coco quando ela estiver em cima do gume do machado, principalmente (figura

1); machado, utilizado para abrir os cocos; pequeno pedaço de facão ou foice, também utilizado para abrir os cocos; panela, utilizada para armazenagem das amêndoas; e saco de fibra, utilizado para forrar o chão onde elas se sentam.

Na Vila São José foi observado que as quebradeiras, para processar as amêndoas, utilizam carvão vegetal, feito a partir das cascas dos cocos babaçus (figura 2); fogão, conhecido localmente como fogareiro (figura 3); panela de alumínio batido (figura 3); tampa da panela; colher de madeira; garrafa para armazenagem do azeite, tipo *pet* com capacidade para dois litros (figura 4); e peneira para coar o azeite.



Figuras1, 2,3 e 4. Cascas de coco babaçu, fogão, azeite e ferramentas utilizadas no processamento do coco babaçu pelas quebradeiras em São Domingos do Araguaia-PA.

Sendo assim, os resultados corroboram com Lassance Jr. e Pedreira (2004), uma vez que segundo os autores afirmam que muitas tecnologias se guiam, sobretudo pela simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e impacto social, porém, não estão essencialmente associadas a organizações coletivas. Desse modo, são ideias boas e baratas, mas as pessoas não necessitam se organizar coletivamente para melhor utilizá-las.

Quanto à visita à Feira do Produtor Rural foi verificado, que o azeite é vendido em garrafas de dois litros (garrafas *pet*) por cerca de R\$ 10,00 (dez reais), e em garrafas de vidro com capacidade de armazenagem de cerca de 1 litro (valor pedido de R\$ 5,00 por litro). Vende-se também o óleo de forma fracionada em garrafas de vidro com capacidade para 0,7 litros (com a logomarca do MIQCB) por R\$ 8,00 (oito reais). Quanto ao carvão vegetal, a saca com quatro latas, como os locais a chamam, é vendida por cerca de R\$

15,00, dependendo do “regateamento” do freguês.

4 | CONCLUSÃO

Verifica-se que as atividades extrativas do coco babaçu desenvolvidas pelas mulheres quebradeiras de coco, contribuem para um desenvolvimento sustentável local, especialmente porque se busca a conservação ambiental, o crescimento econômico e a equidade social.

Entende-se que as mencionadas atividades realizadas por essas mulheres devem contribuir para o desenvolvimento local sustentável e consistente, uma vez que mobilizam e exploraram as potencialidades locais e contribuem para elevar as chances sociais e a viabilidade e rivalidade da economia local. Ao mesmo tempo, a conservação dos recursos naturais deve ser assegurada, visto que são à base de suas potencialidades e condições para a qualidade de vida da população local.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. **Quebradeiras de Côco Babaçu: Identidade e Mobilização**. São Luís, III Encontro Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu, 1995.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres de Fibra na Luta por Direitos Sociais**. 2007. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/.../688e9d6daa5f94af5643viviane.pdf>>. Acessado em: 12 out. 2011.

CANDIDO, S. E. A. **Comunidades ribeirinhas, engenheiros e conservação da floresta: construção participativa do espaço tecnológico em empreendimentos econômicos solidários na Amazônia**. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2010.

CONAES – I Conferência Nacional de Economia Solidária. **Anais**. Brasília, SENAES/MTE, 2006. (Anais).

DAGNINO, R. BRANDÃO, F. C. NOVAES, H. T. **Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social**. 2006. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/site/publicacoes/138/Sobre%20o%20marco%20anal%EDtico-conceitual%20da%20TC.pdf>>. Acessado em: 26 nov. 2012.

DICKSON, D. **Tecnología alternativa y políticas del cambio tecnológico**. Madri, H. Blume, 1978.

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **IV Plenária Nacional de Economia Solidária: outra economia construindo outros desenvolvimentos**. Brasília, FBES, 2008.

FRANÇA-FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, v.12, n.1, pp.9-19, 2002.

FEENBERG, A. **Transforming technology: a critical theory revised**. Oxford, Oxford University Press, 2002.

- HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, F. G. B. de. HAESBAERT, R. (orgs). **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007. 136 p.
- HOMMA, A. K. O. **A extração de recursos naturais renováveis**: o caso do extrativismo vegetal na Amazônia. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Viçosa, 1989.
- IANNI, O. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. 2. ed., Petrópolis, Vozes, 1979.
- LASSANCE JR, A. E. PEDREIRA, J. S. Tecnologias sociais e políticas públicas. In: Fundação Banco do Brasil. **Tecnologia Social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2004.
- LÉVI-STRAUSS, C. (org.). **L'Identité: Seminaire interdisciplinaire dirige par Claud Lévi-Strauss**. Paris, Quadrige e PUF, 1997.
- MMA (Ministério do Meio Ambiente). **Negócios para Amazônia sustentável**: programa-piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil – PPG7. Rio de Janeiro, 2002.
- MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO- MIQCB. **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**. São Luís, 2005. (Quebradeiras de Coco Babaçu – Pará, Fascículo 5).
- NOVAES, H. T. DIAS, R. Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, R. P. **Tecnologia Social**: ferramenta para construir outra sociedade. Colaboradores: BAGATTOLLI, Carolina *et al.* – Campinas-SP, IG/UNICAMP, 2009.
- POCHE, B. *La région comme espace de référence identitaire*. **Espaces et Société** n.42, 1982.
- RÊGO, J. F. do. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. **Ciência Hoje**, v. 25, n. 147, pp. 62-65, 1999.
- RUTKOWSKI, J. LIANZA, S. Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel se espera da tecnologia? In: Fundação Banco do Brasil. **Tecnologia Social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2004.
- SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- SILVA, R. M. A. da. FARIA, M. S. de. Tecnologias sociais e economia solidária: diretrizes, desafios e perspectivas para políticas públicas. In: BOCAYUVA, P. C. C. VARANDA, A. P. de M. (orgs). **Tecnologia social, economia solidária e políticas públicas**. Rio de Janeiro, FASE; IPPUR, UFRJ, 2009.
- SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 3ª edição. São Paulo, Contexto, 1999.
- SOUSA SANTOS, B. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, A. *et al.* **A crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o Século XXI**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1999.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho**: camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus, Editora UFAM, 2007.